



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 03/2024

23 de Fevereiro de 2024



Organização Europeia
de Associações e
Sindicatos Militares

**34 Anos ao Serviço dos
Sargentos e de Portugal!**

"Sempre Prontos e Disponíveis para Lutar!"

**100% Sargentos
de Portugal!**

Estão encerradas as comemorações promovidas pela ANS relativamente ao "**31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento**" no ano de 2024.

Iniciadas a 26 de Janeiro na Região Autónoma da Madeira e terminando a 18 de Fevereiro na Região Autónoma dos Açores, foram mais de três semanas, envolvendo muitas centenas de Sargentos em cerca de duas dezenas de locais, em que, em muitos deles, os custos periféricos e/ou de insularidade se fazem sentir não apenas no plano material mas também, com pesada incidência, no plano assistencial.

Contudo, para além das preocupações expressas, foram ainda mais as demonstrações de camaradagem, apoio e confiança no trabalho realizado pela ANS. **Sáimos desta jornada com motivos reforçados para prosseguir a missão e com forças renovadas para as lutas que previsivelmente se avizinham!**

Tanto sentido faz o lema "*Quão difícil nos temos movido*", mas unidos, determinados e confiantes, tudo será mais fácil!

Numa altura em que as reivindicações dos profissionais das forças de segurança tem tido natural destaque nos órgãos da comunicação social, estas rondas pelo País e os contactos com os nossos camaradas permitiram reforçar a informação dando mais peso aos argumentos que há muito tempo a ANS vem usando na defesa da urgência em rever, **actualizar e implementar um novo regime remuneratório** para os militares e em particular **para os Sargentos**.

Mas não só!

Não se trata apenas da alteração de um **regime remuneratório elitista, classista e obsoleto!** Trata-se de algo muito mais profundo e que carece de urgente resposta por parte dos responsáveis políticos, mas a que os responsáveis militares também devem ser chamados a exercer os mecanismos de pressão que lhes cabem!

Não é aceitável que não se paguem aos militares das Forças Armadas, pelas mesmas missões efectuadas, o que auferem os militares da GNR há mais de 14 anos: Suplemento de Escala e Prevenção e Suplemento de Ronda ou Patrulha.

Não é aceitável que há mais de quatro décadas esteja por aprovar, implementar e pagar o subsídio de risco devido aos militares do Exército que têm a sensível missão de inactivadores de engenhos explosivos.

Não é aceitável que os suplementos por determinado tipo de missões específicas, quer seja por serviço aéreo, por imersão, paraquedismo, mergulho ou outras, e que estão indexados a um qualquer posto e nível remuneratório, continuem por "descongelar" e não sejam alvo da necessária actualização e valorização.

Não é o falacioso aumento(?) da componente fixa do Suplemento da Condição Militar que vem resolver os sérios e graves problemas existentes.

Há diversificados problemas que afectam a vida dos militares, sendo que muitos deles, estes sim, poderão colocar em causa a coesão e a disciplina.

Entretanto, no final do mês de Janeiro, quando já era sabido que em 10 de Março de 2024 irão ter lugar eleições legislativas, são os militares informalmente confrontados com um Despacho do CEMGFA profusamente difundido pelas redes sociais, dando conta da criação de (mais) um Grupo de Trabalho temporário, conjunto e multidisciplinar, com a missão de elaborar uma proposta de alteração do EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), devendo a mesma estar concluída até 19 de Julho de 2024, com vista à sua subsequente apresentação legislativa a S. Exa. a Ministra da Defesa Nacional!

À Ministra? Em Julho de 2024?

No dia 10 de Março seremos chamados ao exercício do direito de sufrágio que é pessoal mas que constitui um dever cívico, conforme o nº 2 do artigo 49º da Constituição da República Portuguesa.

Não deixemos nas mãos de outros a decisão que a todos nós cabe! Não abduquemos do direito de votar. Quanto mais não seja, pelo respeito devido a todos aqueles que se sacrificaram, alguns com a própria vida, para que hoje possamos usufruir desse direito!

Não faltemos ao nosso dever para eleger 230 deputados à Assembleia da República. Depois, a correlação de forças resultante dessa eleição determinará a constituição do próximo governo.

Temos de estar unidos, determinados e confiantes para lutar pela resolução dos problemas que afectam a nossa vida e a das nossas famílias.

Congregados na nossa associação representativa de classe, a ANS, digamos "PRESENTE!"!

A Direcção